CRISE DO IOF

Uma receita delicada à mesa

Haddad diz que tem 'alinhamento' com Congresso sobre propostas, mas preferiu não revelar quais são as alternativas

» RAPHAEL PATI
» VICTOR CORREIA

Mateus Bonomi/ESTADÃO CONTEÚDO

Após reunião no Alvorada, governo e Congresso afirmaram terem encontrado soluções para cumprir o arcabouço fiscal, sem a alta do IOF

Com as cartas colocadas na mesa, o impasse sobre a compensação para o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) ainda deve se estender até o início da próxima semana, pelo menos. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu almoço aos presidentes da Câmara e do Senado, no qual ficou acertada a apresentação de medidas alternativas ao aumento do imposto apenas na semana que vem.

Embora as propostas tenham sido acertadas com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e líderes do governo nas duas casas, elas ainda serão detalhadas às lideranças partidários no próximo domingo, antes do retorno de Lula da França, para onde embarcou ontem à noite. Enquanto isso, será mantido o decreto presidencial que aumentou a taxação até que as alternativas sejam votadas e aprovadas.

Também participaram do encontro o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, os ministros Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), Fernando Haddad (Fazenda), e os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e Jaques Wagner (PT-BA).

Ao final da reunião, Haddad afirmou que as medidas serão divulgadas somente após a reunião de domingo e pediu cuidado com "especulações". "Houve um alinhamento muito grande em relação aos parâmetros que estabelecemos para encaminhar essas medidas. Há um compromisso de não anunciá-las antes de uma reunião com os líderes, nem parcialmente, em respeito ao Congresso Nacional", disse Haddad, na porta do Alvorada.

Um dos objetivos do governo é cumprir a meta para este ano, definida no arcabouço fiscal, que prevê um deficit zero, com margem para um resultado negativo de até R$ 28,8 bilhões nas contas públicas. Haddad voltou a falar sobre a necessidade de aprovar medidas estruturantes, que também são defendidas por setores do Congresso. "Estamos bastante seguros de que elas (as medidas) são justas, e que elas são sustentáveis, tanto do ponto de vista econômico como do social", frisou.

Em relação ao decreto do IOF, que deu início à crise com o Legislativo, o ministro disse que precisa da aprovação de, pelo menos, algumas das medidas em estudo para rever a decisão. Ou seja, as alíquotas do IOF continuarão em um patamar alto até que o Congresso vote as propostas da Fazenda.

"A Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma série de constrangimentos fiscais que eu tenho que cumprir. No que diz respeito ao ano que vem nós temos liberdade. Nós estamos construindo agora as condições de fechamento da peça orçamentária que tem que ser enviada em agosto ao Congresso Nacional", justificou Haddad.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), minimizou a crise. Parlamentares criticaram o fato de o aumento de impostos ter sido anunciado sem diálogo com o Legislativo. Alcolumbre, porém, argumentou que a Fazenda precisa tomar algumas medidas sem aviso para evitar vazamentos e crimes financeiros. Ele também deixou claro que o Congresso não vai derrubar o decreto de Lula, ao menos por ora.

"Não poderemos rever o decreto se antes não discutirmos uma agenda estruturante do país. Não dá para tratar isoladamente o problema que estamos vivendo nas contas públicas do país. Acho que todos nós estamos preparados, com maturidade política para enfrentar agendas sensíveis", disse Alcolumbre.

Já o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), elogiou a disposição do governo para conversar com o Congresso e enfatizou que é preciso discutir medidas que tragam estabilidade no longo prazo, e não apenas sirvam para acertar as contas ano a ano. "Eu penso que o Brasil sairá maior, sairá mais forte, e melhoraremos, com certeza, o ambiente econômico do país", disse Motta.

Em meio à crise, Lula entra em campo

» RAFAELA GONÇALVES
» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert / PR

A entrevista com o presidente Lula foi convocada às pressas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou ontem, de última hora, uma coletiva de imprensa para divulgar ações de seu governo e aplacar crises em andamento, como a causada pelo aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). A entrevista ocorreu pela manhã, pouco antes de Lula seguir para almoço com os presidentes do Congresso e da Câmara que tinha, no cardápio, alternativas ao decreto que elevou o IOF.

Após fazer uma longa introdução sobre as conquistas de seu governo e a pauta da viagem que inicia hoje à França, Lula passou a responder às mais diversas questões trazidas pelos repórteres. Uma dessas perguntas tratou dos ataques do governo dos Estados Unidos, comandado por Donald Trump, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. "É inadmissível que um presidente de qualquer país do mundo dê palpite sobre a decisão da Suprema Corte de um outro país", criticou Lula. "Se você concorda ou não concorda, silencie. Porque não é correto dar palpite", completou. O governo norte-americano manifestou que avalia sanções ao ministro do STF por censura e perseguição política a empresas americanas. "Os Estados Unidos precisam compreender que o respeito à integridade das instituições de outros países é muito importante", enfatizou.

Sem citar o nome, Lula indicou que Eduardo Bolsonaro, que se mudou para os Estados Unidos, está fazendo "terrorismo" no exterior. "É lamentável que um deputado brasileiro, filho do ex-presidente, esteja lá para convocar os Estados Unidos a se meter na política externa do Brasil. Isso que é grave, é isso que é uma prática terrorista. Uma prática antipatriótica", ressaltou. Ainda na esfera internacional, o petista voltou a condenar a ofensiva de ataques de Israel na Faixa de Gaza, e afirmou que o governo israelense precisa "parar com o vitimismo". "O que está acontecendo na Faixa de Gaza é um genocídio, é a morte de mulheres e crianças que não estão participando de guerras", reafirmou. "É exatamente por conta do que o povo judeu sofreu na história que o governo de Israel tinha que ter respeito e humanismo com o povo palestino", lembrou o petista. "Eles tratam palestinos como povo de segunda classe. E vem dizer que isso é antissemitismo? Precisa parar com esse vitimismo", acrescentou. Recentemente, Lula foi acusado pela Confederação Israelita do Brasil (Conib) de promover o antissemitismo entre seus apoiadores, pelas críticas que faz às ações de Israel.

Lula disse, ainda, que "certamente" vai discutir os conflitos, como o de Gaza, com o presidente francês, Emmanuel Macron, em sua visita ao país. Ele embarcou para a França ontem à noite, e ficará uma semana no país europeu. Segundo Lula, o encontro deve servir para discutir assuntos de interesses globais. "Certamente vamos discutir a guerra da Rússia e da Ucrânia, certamente vamos discutir o massacre do Exército de Israel à Faixa de Gaza, certamente vamos discutir o Acordo União Europeia-Mercosul, certamente vamos discutir coisas na área da defesa", declarou.

As declarações se dão em meio ao entendimento de que o presidente precisa "voltar a falar mais", como porta-voz principal dos feitos do governo. Sobre a crise instalada pelo decreto do IOF, o presidente negou que tenha havido um erro do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao fazer o anúncio, sem conversar com o Legislativo. "Não acho que tenha sido erro, foi o momento político. Foi o que eles tinham pensado naquele instante."

O petista não falou sobre a possibilidade que está sendo ventilada de desvinculação do salário mínimo e dos pisos da Saúde e da Educação. "Eu preciso ver qual é a proposta. As pessoas estão discutindo e vão me apresentar, a reunião está durando há dois dias", disse. Lula defendeu, ainda, que a discussão seja feita junto às lideranças. "É dar um voto e um crédito para os nossos líderes", disse. "Toda vez que a gente toma uma atitude sem conversar com as pessoas que vão ter que nos defender e defender a propósito, a gente pode cometer erros", completou.

ESCÂNDALO DO INSS

Justiça bloqueia R$ 119 milhões de associações suspeitas de fraudar o INSS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RAFAELA GONÇALVES

Uma quantia de R$ 119 milhões em bens de empresas e seus sócios foi bloqueada ontem pela Justiça Federal, no âmbito Operação Sem Desconto, que investiga fraudes contra segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As decisões, assinadas pela juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, abrangeram cinco ações civis públicas movidas pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Cada um desses processos resultou no bloqueio de até R$ 23,8 milhões em bens móveis e imóveis, incluindo ativos financeiros, de oito empresas e nove pessoas físicas, sócios dessas companhias.

De acordo com a AGU, as empresas e indivíduos com bens bloqueados nas decisões judiciais são apontadas como empresas de fachada, criadas com o único propósito de praticar a fraude contra os beneficiários. Um levantamento feito pelo **Correio** mostrou que, das oito associações supostamente envolvidas no esquema do INSS, sete foram criadas entre 2022 e 2023.

A AGU havia solicitado, no mês passado, o bloqueio de R$ 2,56 bilhões em bens contra 12 entidades associativas e seus dirigentes. Esse pedido foi desmembrado pela justiça em 15 processos judiciais, com a determinação de que cada um tivesse no máximo cinco réus. Ao todo, são 60 réus.

Após a decisão de ontem, a AGU aguarda, ainda, a decisão sobre outras 10 ações, com pedidos semelhantes, ajuizadas no início de maio.

Ontem, durante coletiva de imprensa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não pretende punir nenhuma entidade de forma "precipitada" pela fraude. Segundo ele, o governo ainda está avaliando a conveniência de manter o direito de associações e sindicatos oferecerem aos beneficiários o desconto das mensalidades associativas diretamente na folha de pagamento.

"O que estamos pedindo é que nós estamos dando uma chance às entidades para que elas apresentem prova da veracidade da assinatura das pessoas. Até agora não apresentaram", disse. O chefe do Executivo voltou a atribuir o esquema a um "erro do governo passado", porque, segundo ele, "houve um afrouxamento das regras". "As pessoas passaram a mandar nomes para serem descontados sem nenhuma fiscalização, sem nenhum critério. Então, isso acabou."

Questionado sobre a ligação das associações fraudulentas com pessoas do PT, Lula afirmou que "não terá brincadeira da parte do governo" e que as associações têm que provar a inocência. "Os pagamentos foram suspensos para todas as entidades. O que eu sei é que nós vamos agir diferente, sempre partindo dos pressupostos que todo mundo merece a presunção da inocência", afirmou.

"O que nós estamos dando é um tempo das pessoas provarem se estão certas ou erradas. E as investigações continuam. Essas pessoas serão punidas. A hora que encontrar o chefe, vai ser preso. Vai ter que ter um processo. Não é o presidente da República que manda prender, é a Justiça que manda prender. Isso vai ter um processo", complementou Lula.

A Polícia Federal (PF) está investigando a participação de parlamentares no esquema de fraudes. Documentos que devem chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF) apontam a conduta de deputados e senadores em relação ao escândalo. A apuração envolve a corte uma vez que parlamentares com foro privilegiado só podem ser investigados e processados pelo Supremo. Novos desdobramentos serão divulgados nos próximos meses, de acordo com interlocutores da corporação.

Empresas e indivíduos que tiveram bens bloqueados

Nome da empresa	Data de abertura
Venus Consultoria Assessoria Empresarial S/A, e seus sócios Alexandre Guimarães e Rubens Oliveira Costa	03/11/2022
THJ Consultoria Ltda e sua sócia Thaisa Hoffmann Jonasson	30/05/2022
Prospect Consultoria Empresarial LTDA e Brasília Consultoria Empresarial SA	03/01/2022
Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S/A	01/11/2022
Xavier Fonseca Consultoria Ltda	07/07/2023
Arpar Administração, Participação e Empreendimentos S/A	23/01/2012
WM System Informática LTDA	21/08/1991 (Ativa desde 23/06/2022)